



## **COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL**

### **ATA DO 79º ENCONTRO DO COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL**

Ata da septuagésima nona reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado na cidade de Araxá, Minas Gerais, nos dias 14, 15 e 16 de maio de dois mil e nove.

À solene instalação do encontro, compareceram inúmeras autoridades, inclusive o Exmo. Dr. Vice-Governador do Estado, o Dr. Antonio Augusto J. Anastazi, o Des. Sérgio Antonio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado das Minas Gerais, o Des. Marcus Faver, Presidente da Comissão Executiva do Colégio, que fizeram uso da palavra, Presidentes de Tribunais de Justiça estaduais, e outras autoridades. Ao início dos trabalhos, procedeu-se a apresentação dos participantes. O Des. Marcus Faver em nome próprio e do Colégio, cumprimentou o Des. Milton Nobre por sua indicação e nomeação para compor o Conselho Nacional de Justiça no próximo biênio, registrando igualmente o Juiz Paulo Tamburini, por igual motivo. A seguir, discorreu sobre as três resoluções do CNJ, sobre a convocação de Juízes de Direito para atuarem nos Tribunais, sobre a aquisição e uso de veículos e sobre o pagamento de diárias aos magistrados e servidores do Poder Judiciário. Explicou que foi instado a se manifestar, no prazo exíguo de dez (10) dias, sobre a segunda – aquisição e uso de veículos – que cumpriu alertando para a invasão da autonomia administrativa dos Tribunais, sugerindo ao CNJ a adoção de “recomendação”, ao invés de “resolução”. Sugeriu a adoção de medidas para preservar essa autonomia, tendo o Colégio decidido autorizar a Comissão Executiva a fazer gestões judiciais e extrajudiciais necessárias à defesa dos princípios de independência e de independência administrativa, sem prejuízo do apoio manifestado aos critérios éticos emanados do CNJ, em suas deliberações. Antes da aprovação, o assunto foi amplamente debatido. O Des. José Fernandes Filho, apresentou valioso trabalho sobre o julgamento de ações previdenciárias por magistrados estaduais, ressaltando os esforços despendidos neste mister, o que contribui para o congestionamento dos processos de competência da justiça estadual. Decidiu, então, o Colégio constituir uma comissão para realizar estudos do tema, a se discutir no próximo encontro dos dias 09, 10 e 11 de julho próximo, em Porto Velho. Rondônia. Comporão a Comissão os Desembargadores Mariano Travassos, Pedro Ranzi e um representante do Tribunal de Justiça do Paraná. O Juiz Rubens Curado, Secretário-Geral do CNJ explanou sobre a gestão estratégica do Poder Judiciário, realçando a visão emprestada pelas estatísticas, lembrando a “Justiça em Números”, de 2008, sugerindo a criação de um núcleo de planejamento estratégico em cada Tribunal, a realização de mutirões e estímulo à conciliação, engajando-se magistrados e servidores, falou ainda sobre as tabelas processuais, a numeração única e os sistemas Projudi, Infojudi e Bacen Judi, registrando-se debates com inúmeros participantes. O Des. Antonio Noronha, do Tribunal de

#### **COMISSÃO EXECUTIVA**

Av. Erasmo Braga, 115, lamina I, sala 519  
Centro – Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 20.020-903  
(21) 3133-4179 – FAX (21) 3133-4725  
colegiopresidentes@tjrj.jus.br



## COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

Justiça do Paraná, proferiu palestra sobre alternativas para as dificuldades financeiras do Poder Judiciário, enfocando a necessidade de reforma constitucional para assegurar uma mais justa repartição das receitas tributárias, a destinação das multas resultantes de decisões judiciais, de qualquer natureza, ao Poder Judiciário, sugerindo também a adoção de outras medidas, como a instituição do selo holográfico, percentual da receita das serventias extrajudiciais, dentre outras. Em nome do Ministro da Justiça, as Dras. Adriana Farias, Clarissa Lodowski e Beatriz Cruz apresentaram o projeto da Conferência Nacional de Segurança Pública – CONESG. O Ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça e Corregedor Nacional de Justiça prestigiou o encontro discorrendo sobre as atividades do Conselho Nacional de Justiça, dizendo da necessidade e da importância de ouvir presidentes dos Tribunais de Justiça, referiu-se a realização das inspeções nos tribunais para conhecer a realidade de cada um deles, afirmando que os excessos e as imperfeições ocorridas estão sendo corrigidas. Ressaltou a importância da certidão de nascimento em caráter nacional, e a contribuição do Poder Judiciário brasileiro para o aperfeiçoamento do sistema carcerário, a importância da atualização do cadastro das serventias extrajudiciais. Ao final, afirmou que as audiências públicas são gravadas em áudio e vídeo e estão à disposição de quem se sentir ofendido. Em seguida, o Des. Marcus Faver apresentou o futuro Conselheiro do CNJ, o Juiz Paulo Tamburini e expressou sua preocupação com as audiências públicas realizadas de forma prejudicial aos tribunais e aos magistrados com a invasão indevida da autonomia dos tribunais de Justiça com os textos das resoluções do CNJ. Enfim, o Ministro Gilson Dipp teceu considerações sobre o Poder Judiciário brasileiro e sobre as consequências das inspeções. A Ministra Carmen Lucia do Supremo Tribunal Federal falou sobre a importância do Poder Judiciário estadual no contexto do estado brasileiro. Destacou ser o juiz a maior referência da sociedade e que garantir a jurisdição, dever do estado, é garantir a cidadania, realizando-se a república somente através do Judiciário, encerrou a Sra. Ministra as suas palavras citando e reconhecimento da justiça na obra de Clarice Lispector. O Des. Marcus Faver, expressou os agradecimento do Colégio pela exaltação do valor dos juízes estaduais. O Des. Sergio Resende e o juiz Paulo Carvalho, da Comarca de Itaúna, apresentaram o projeto “Novos Rumos na Execução Penal”, com belíssima apresentação artístico-cultural pelos recuperados do projeto. O juiz Paulo Carvalho explanou ainda sobre o cumprimento da pena com a efetiva participação da comunidade, concluindo, com a citação de Mario Ottoni, “Todo homem é maior do que seu erro, do que sua culpa”. O Des. José Fernandes Filho, completando a exposição feita, relatou edificante exemplo de um recuperado, ocorrido em Paracatu. O Juiz Paulo Tamburini expôs sobre o projeto de integração dos diversos seguimentos da justiça em Minas Gerais, denominado “Projeto Integrado”. O Des. Marcus Faver lembrou a reunião do Colégio em Porto Velho e a importância da presença de todos os presidentes, até por que o Des. Carlos Eduardo da Fonseca Passos exporá sobre o tema “Uniformização da Jurisprudência”. O Colégio decidiu pela edição da “CARTA DE ARAXÁ” que após devidamente debatidos os seus temas alcançou a seguinte redação: “Carta de

### COMISSÃO EXECUTIVA

Av. Erasmo Braga, 115, lamina I, sala 519  
Centro – Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 20.020-903  
(21) 3133-4179 – FAX (21) 3133-4725  
colegiopresidentes@tjrj.jus.br



## COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

Araxá. O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais do Brasil, reunido na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais, nos dias 14, 15 e 16 de maio de 2009, pela unanimidade de seus integrantes, resolveu: I) Reafirmar a importância de se fazer respeitar o princípio da autonomia administrativa dos Tribunais de Justiça, requisito indispensável ao Poder Judiciário no sistema federativo; II) Incentivar os Tribunais de Justiça a adotarem planejamentos estratégicos, a fim de promover solução para a crescente demanda com respostas eficazes aos reclames sociais; III) Reiterar absoluta necessidade da adoção de sistema padronizado de Processo judicial Eletrônico, sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça; IV) Sugerir ao Conselho Nacional de Justiça a consolidação de suas resoluções e atos normativos, bem como a simplificação dos formulários de coleta de dados. Araxá, 16 de maio de 2009, seguindo-se as assinaturas o Des. Marcus Faver agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos, do que, para constar, eu, Robério Nunes dos Anjos, Secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada.

### COMISSÃO EXECUTIVA

Av. Erasmo Braga, 115, lamina I, sala 519  
Centro – Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 20.020-903  
(21) 3133-4179 – FAX (21) 3133-4725  
colegiopresidentes@tjrj.jus.br